

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 27ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 04/10/2022

Relação dos Membros dos Plenários – Presentes	
Entidade	Nome
AAMHOR	Miguel Madalena Milinski
ABCON	Ana Paula Fernandes Abrahão
ABES-SP	Luís Eduardo Gregolin Grisotto
AEAN	Edmo José Stahl Cardoso
AFOCAPI	José Rodolfo Penatti
ASSEMAE	Marco Antonio dos Santos
	Paulo Roberto Szeligowski Tinel
	Hugo Marcos Piffer Leme
BIOSS	Sidney José da Rosa
CETESB	Maria da Penha de Oliveira Alencar
CIESP – DR Bragança Paulista	Michele Consolmagno
CIESP – DR Campinas	Jorge Antônio Mercanti
CIESP – DR Indaiatuba	Alexandre Luis Almeida
FIESP	Vilella
CIESP – DR Limeira	Jonas Vitti
CIESP – DR Piracicaba	Homero Scarso
Consórcio PCJ	Francisco Carlos Castro Lahóz
COPASA	Ana Paula Moreira de Faria
DAEE	Felipe Gobet de Aguiar
	Sarah Janaína Menuzzo Quental
FIEMG	Mylena Nascimento Rodrigues de Oliveira
Fórum das Américas	Rodrigo Hajjar Francisco
IPSA-C	
Fundação Florestal	Antônio Álvaro Buso Junior
IEF	Raquel Junqueira Costa
Instituto Agir Ambiental	Rafael Jó Girão
Instituto Mineiro de Agropecuária	Mariana Cristina Souza Santos
IGAM	Fabiana Monteiro de Moura Fernandes Campos
INEVAT	Francisco Antônio Moschini
Melhoramentos Florestal	David Figueiredo Barros do Prado
Movimento Resgate o Cambuí	Teresa Cristina Moura Penteado
	Maria Rodrigues Cabral
Polícia Militar de Minas Gerais	Claudinei Soares Gonçalves
P.M. de Americana	Carlos Cesar Gimenez Zappia
P.M. de Camanducaia	Saulo Tarsis Paiva Vieira
P.M. de Campinas	Dario Jorge Giolo Saadi (p/p Manuelito Pereira Magalhães)
P.M. de Iracemópolis	Nelita Cristina Michel Franceschini (p/p Rodrigo Valdanha)
P.M. de Itatiba	Thomas Antonio Capeletto de Oliveira (p/p Gustavo Cosenza de Almeida Franco)

P.M. de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel
P.M. de Jundiaí	Martim de França Silveira Ribeiro
P.M. de Itupeva	Jair Gomes de Souza
P.M. de Limeira	Simone Fernanda Zambuzi
P.M. de Louveira	Mateus Bento Batista Arantes
P.M. de Mogi Mirim	Evandro Antonio Trentin
P.M. de Piracaia	Stela Dalva Sorgon
P.M. de Piracicaba	Luciano Santos Tavares de Almeida
P.M. de Santa Bárbara d' Oeste	Laerson Andia Junior (p/p Celia Campos)
P.M. de Santo Antônio de Posse	João Leandro Lolli (p/p Alice Bortolotto Valsechi)
P.M. de Saltinho	Aline Maria Leite Moraes
P.M. de São Pedro	Danilo de Albuquerque
SAAESP	
P.M. de Tietê	Vlamir de Jesus Sandei (p/p Reinaldo Martin de Camargo)
P.M. de Toledo	Damião Aparecido do Couto
P.M. de Vinhedo	Dario Pacheco de Moraes
Rotary International – D4590	Luiz Antonio Carvalho e Silva Brasi
SABESP	Hélio Rubens Gonçalves Figueiredo
	Wilson Aparecido Stocco
Secretaria de Agricultura e Abastecimento	Henrique Bellinaso
	Denis Herisson da Silva
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	Cláudia Cerqueira do Nascimento
Secretaria de Desenvolvimento Regional	Gabriel Chamma Júnior
Secretaria da Educação	Fábio Augusto Negreiros
Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente	André Luiz Sanchez Navarro
	Caroline Túbero Bacchin
Secretaria de Logística e Transportes	Augusto Olavo Leite
Secretaria da Saúde	Luiz Alberto Buschinelli Carneiro
	Marcos César Prado
Secretaria da Saúde - MG	José Augusto Faria Wood
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica	Roseli dos Santos Souza
Sindicato Rural de Campinas	Luiz Fernando Amaral Binda
Sindicato Rural de Limeira	Nilton Piccin
Sindicato Rural de Rio Claro	João Primo Baraldi
SIFAESP	Gilson Camargo da Silva
UNICA	André Elia Neto
Relação dos Membros dos Plenários com Ausência Justificada	
Entidade	Nome
Secretaria de Desenvolvimento Social	Maria Aparecida Ribeiro Germek
Secretaria de Esportes	Solange Guerra Bueno

1

Ao quarto dia do mês de outubro de 2022, por meio de videoconferência, foi realizada a 27ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ1), registrando-se a participação de 148 (cento e quarenta e oito)

5 pessoas, entre representantes dos municípios, das organizações civis, dos usuários de recursos hídricos, dos Governos dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, e do Governo Federal, conforme “Relação dos Membros dos Plenários - Presentes”

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 27ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 04/10/2022

10 apresentada acima e do público em geral, registrados por meio
de manifestação de presença realizada no *chat* da plataforma
de videoconferência utilizada. **1. Abertura.** A convocação e a
15 pauta da reunião foram enviadas aos membros do CBH-PCJ,
do PCJ FEDERAL e do CBH-PJ1 por meio de mensagem
eletrônica em 14/09/2022. A abertura da reunião foi realizada
pelo Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da
Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do
Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do
20 PCJ FEDERAL, que cumprimentou a todos e informou sobre
a existência de quórum nos três comitês para o início da
reunião. Ato contínuo, o Sr. André apresentou a pauta da
reunião, questionando aos membros se havia alguma
consideração sobre o seu conteúdo. Não havendo
manifestações, a pauta foi considerada aprovada por
25 unanimidade. **2. Assuntos a deliberar. 2.1. Aprovação da ata
da 25ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ (CBH-
PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ1), realizada em
29/06/2022, por videoconferência.** O Sr. André Luiz Sanchez
Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio
30 Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-
executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, questionou aos
membros sobre a necessidade de leitura da minuta de ata da
25ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ
FEDERAL e CBH- PJ1), realizada em 29/06/2022, por
35 videoconferência. A leitura foi dispensada por unanimidade e
o Sr. André abriu a palavra para manifestações sobre o seu
conteúdo. Não havendo manifestações, o conteúdo da minuta
foi colocado em votação, sendo aprovada por unanimidade.
2.2. Referendo de atos dos presidentes dos Comitês PCJ. O
40 Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria
de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São
Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ
FEDERAL, explanou que em virtude da necessidade de
atendimento a prazos e demandas urgentes dos Comitês PCJ,
45 podem ser emitidas deliberações *Ad Referendum* pelos
presidentes, anteriormente à apreciação da matéria pelos
plenários, devendo ser por eles posteriormente referendadas.
O Sr. André informou que foram emitidas duas deliberações
Ad Referendum que demandam referendo dos plenários, uma
50 referente a alteração do Anexo I da Deliberação dos Comitês
PCJ nº 282/2017, que dispõe sobre os limites de valores de
diárias para participação de membros dos Comitês PCJ, em
reuniões internas e externas à sua área de atuação, em território
nacional, e a outra que altera a fonte de recursos e indica
55 empreendimento para financiamento com recursos oriundos da
Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos
Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH),
referentes ao exercício de 2022. Na sequência, passou ao
detalhamento das deliberações *ad referendum* a serem
60 referendadas: **a) Deliberação Ad Referendum dos Comitês
PCJ nº 411/22, de 05/08/2022:** O Sr. André informou que a
Deliberação *Ad Referendum* dos Comitês PCJ nº 411/22, de
05/08/2022, define os limites de valores de diárias para
participação de membros dos Comitês PCJ, em reuniões
65 internas e externas à sua área de atuação, em território
nacional. Explicou que os valores foram ajustados conforme
as disposições do Ofício Circular nº 4/2022/SAS/ANA, de
20/07/2022, que comunicou sobre a necessidade de
observância aos valores referenciados na alínea “c”, do Anexo
70 I do Decreto Federal nº 5.992/2006, atualizado pelo Decreto
Federal nº 11.117/2022, para o estabelecimento dos valores de
diárias a serem pagas a membros de comitês de bacias
hidrográficas e que os limites de valores de diárias para
participação de membros dos Comitês PCJ se encontra no

75 Anexo I da referida deliberação; **b) Deliberação Ad
Referendum dos Comitês PCJ nº 412/22, de 02/09/2022:** O
Sr. André informou que a Deliberação *Ad Referendum* dos
Comitês PCJ nº 412/22, de 02/09/2022, altera a fonte de
80 recursos e indica empreendimento para financiamento com
recursos oriundos da Compensação Financeira pela Utilização
dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia
Elétrica (CFURH), referentes ao exercício de 2022.
Complementou que a referida deliberação está relacionada aos
termos da Deliberação *Ad Referendum* dos Comitês PCJ nº
85 383/21, de 12/11/2021, que define cronograma e regras gerais
e específicas para seleção de empreendimentos visando à
indicação para obtenção de financiamento com recursos da
Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos em Rios de
Domínio do Estado de São Paulo nas Bacias PCJ - Cobrança
90 PCJ Paulista, no âmbito do Programa II da Política de
Recuperação, Conservação e Proteção de Mananciais dos
Comitês PCJ - Política de Mananciais PCJ, referente ao
orçamento do exercício de 2022. Com a inscrição deferida no
processo de pré-qualificação, na temática de “Conservação,
95 Recuperação e Restrição”, o empreendimento proposto pela
Prefeitura Municipal de Piracaia, se encontrou apto à indicação
para financiamento com recursos financeiros do exercício de
2022 da Cobrança PCJ Paulista. Dispondo da apuração de
saldos de recursos da Compensação Financeira pela Utilização
100 dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia
Elétrica (CFURH), disponíveis para deliberação pelos
Comitês PCJ, realizada pela Secretaria Executiva do Conselho
Orientador do Fundo Estadual de Recursos Hídricos
(SECOFEHIDRO), a presente proposta tratou da alteração da
105 fonte de recursos para o empreendimento em questão, de
“Cobrança PCJ Paulista” para “CFURH”, e a subsequente
indicação deste para financiamento, pelos Comitês PCJ.
Informou ainda que os saldos de recursos financeiros oriundos
da CFURH, referentes à quota-parte do CBH-PCJ, apurados
110 após a presente indicação, serão somados aos recursos a serem
disponibilizados pelo Conselho Orientador do Fundo Estadual
de Recursos Hídricos (COFEHIDRO) para o exercício de 2023
e disponibilizados pelos Comitês PCJ em novo processo de
seleção e indicação de empreendimentos; **c) Aprovação da
115 minuta.** Posteriormente aos esclarecimentos sobre os
conteúdos das deliberações *Ad Referendum*, foi aberta a
palavra para manifestações dos presentes e não havendo, o Sr.
André colocou a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº
415/22, de 04/10/2022, que referenda os atos dos presidentes
dos Comitês PCJ, à votação, a qual foi aprovada por
120 unanimidade. **2.3. Apreciação de minuta de deliberação que
aprova calendário, regras, edital, procedimentos eleitorais
e constitui Comissão Eleitoral para as eleições dos Comitês
PCJ (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL) para o mandato 2023-
125 2025.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da
Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do
Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do
PCJ FEDERAL, explicou a todos que, em função da
necessidade de se estabelecer prazos, normas, procedimentos
130 e critérios para orientação ao processo de escolha dos
representantes dos órgãos e entidades governamentais, dos
municípios, dos usuários de recursos hídricos e das
organizações civis para composição dos Plenários do CBH-
PCJ e do PCJ FEDERAL, no período 2023-2025, foi elaborada
135 a presente minuta de deliberação contendo proposta de
calendário, regras e de edital com os procedimentos eleitorais,
bem como proposta da constituição da Comissão Eleitoral
referentes ao processo eleitoral 2023-2025. O Sr. André
cientificou a todos que o Grupo de Trabalho Eleições (GT-

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 27ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 04/10/2022

140 Eleições) 2023 instituído na Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), se reuniu nos dias 15/05/2022 e 08/06/2022, que culminou na minuta de deliberação que ora se apresenta. Também informou que os procedimentos propostos do processo eleitoral serão realizados de forma não presencial, bem como as reuniões e assembleias setoriais. Informou ainda que o calendário, regras e edital com os procedimentos eleitorais, bem como a constituição de Comissão Eleitoral para o mandato 2023-2025 foi apreciado na 86ª Reunião Ordinária da CT-PL, realizada em 02/09/2022, por videoconferência. Dando continuidade, o Sr. André apresentou a proposta de cronograma e a composição da Comissão Eleitoral, como segue: **a)** calendário para o processo de eleição dos representantes dos segmentos Usuários de Recursos Hídricos e Organizações Cívicas, do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, para o mandato 2023-2025: I) até 21/10/2022 (sexta-feira) - data-limite para a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ realizar a publicação do Edital nos Diários Oficiais do Estado de São Paulo e da União; II) de 24/10/2022 (segunda-feira) a 29/12/2022 (quinta-feira) - inscrição de usuários e entidades representativas de usuários de recursos hídricos e de organizações cívicas; III) 06/01/2023 (sexta-feira) - para análise, pela Comissão Eleitoral, das inscrições de usuários e entidades representativas de usuários de recursos hídricos e de organizações cívicas e divulgação dos resultados; IV) de 07/01/2023 (segunda-feira) a 11/01/2023 (quarta-feira) - prazo para apresentação de pedidos de impugnação e de recursos referentes às inscrições de usuários e entidades representativas de usuários de recursos hídricos e de organizações cívicas; V) 13/01/2023 (sexta-feira) - para análise, pela Comissão Eleitoral, dos pedidos referenciados no inciso IV e divulgação dos resultados; VI) de 16/01/2023 (segunda-feira) a 27/01/2023 (sexta-feira) - inscrição de chapas de usuários de recursos hídricos e organizações cívicas; VII) 31/01/2023 (terça-feira) - para análise, pela Comissão Eleitoral, das inscrições de chapas e divulgação das chapas habilitadas para os segmentos Usuários de Recursos Hídricos e Organizações Cívicas; VIII) de 03/02/2023 (sexta-feira) a 09/02/2023 (quinta-feira) - prazo para apresentação de pedidos de impugnação e de recursos referentes às inscrições de chapas para os segmentos Usuários de Recursos Hídricos e Organizações Cívicas; IX) 10/02/2023 (sexta-feira) - para análise, pela Comissão Eleitoral, dos pedidos referenciados no inciso VIII e divulgação final das chapas habilitadas; X) 24/02/2023 (sexta-feira) - data de realização das votações para eleição das chapas representantes do segmento Organizações Cívicas e das Assembleias Geral e Setoriais para apuração dos votos, e homologação pela Comissão Eleitoral; XI) 27/02/2023 (segunda-feira) - data de realização das votações para eleição das chapas representantes do segmento Usuários de Recursos Hídricos; XII) 28/02/2023 (terça-feira) - data de realização da Assembleia Geral e Setoriais para apuração dos votos e homologação dos resultados das votações do segmento Usuários de Recursos Hídricos, pela Comissão Eleitoral, e divulgação pela Secretaria Executiva dos Comitês PCJ; XIII) até 07/03/2023 (terça-feira) - indicação, pelas entidades eleitas para os segmentos Usuários de Recursos Hídricos e Organizações Cívicas, dos seus representantes nos Plenários; **b)** Composição da Comissão Eleitoral: I) Vice-Presidente do CBH-PCJ e 2º Vice-Presidente do PCJ FEDERAL, que será o seu coordenador; II) Secretário-executivo dos Comitês PCJ: (a) Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, que substituirá o coordenador em seus impedimentos e ausências; e (b) Secretário-executivo Adjunto do CBH-PCJ, que substituirá o coordenador em seus impedimentos e ausências,

205 nos casos em que também ocorrerem impedimentos e ausências do Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL; III) Representantes do Estado de São Paulo, nos Plenários do CBH-PCJ ou do PCJ FEDERAL, a saber: 1 (um) representante titular de cada setor do segmento Usuários de Recursos Hídricos: (a) Setor Abastecimento Público: Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE); (b) Setor Irrigação: Sindicato Rural de Rio Claro; (c) Setor Indústria: Associação Brasileira da Indústria da Cana-de-Açúcar (UNICA); 1 (um) representante titular e 1 (um) suplente do segmento Organizações Cívicas: (a) Titular: Instituto de Proteção Socioambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Corumbataí (IPSA-C), (b) Suplente: Associação Amigos do Horto Florestal "Navarro de Andrade" (AAMHOR); 1 (um) representante titular e 1 (um) representante suplente do segmento dos Municípios escolhidos dentre os membros dos Comitês PCJ: (a) Titular: Prefeitura Municipal de Jundiá/SP; (b) Suplente: Prefeitura Municipal de Louveira/SP; 1 (um) representante titular e 1 (um) representante suplente do segmento Órgãos de Governo escolhidos dentre os membros dos Comitês PCJ: (a) Titular: Companhia de Saneamento Básico de São Paulo (SABESP); (b) Suplente: Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE); 1 (um) representante do Segmento Órgãos de Governo, representante dos órgãos e entidades do Governo Federal: (a) Titular: Secretaria Nacional de Segurança Hídrica do Ministério de Desenvolvimento Regional. Quanto aos representantes do Estado de Minas Gerais, nos Plenários do PCJ FEDERAL, indicados pelo CBH-PJ1, o Sr. André informou que houve uma prorrogação e serão indicados posteriormente, até o dia 20/12/2022. Os representantes a serem indicados são: 1 (um) representante do segmento Usuários de Recursos Hídricos; 1 (um) representante do segmento Organizações Cívicas; 1 (um) representante do segmento "Municípios"; e 1 (um) representante do segmento Órgãos de Governo. Após as explanações, o Sr. André abriu a palavra para manifestações dos presentes e passou a palavra para o Sr. Francisco Antônio Moschini, representante do Instituto de Estudos Vale do Tietê (INEVAT), que questionou sobre o processo de inscrição de usuários de recursos hídricos quanto à documentação: cópia da ata da última eleição e posse da diretoria da entidade, devidamente registrada em cartório, comprovando data de registro até dia 29/12/2022. A Sra. Vanessa Longato, Coordenadora de Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos da Fundação Agência das Bacias PCJ, informou que deverá ser protocolada a cópia da ata da última eleição e posse da diretoria atual da entidade e posteriormente a nova eleição da entidade, ser encaminhado o documento com a atualização da nova diretoria. Após as explicações e não havendo mais manifestações, o Sr. André submeteu a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 416/22, de 04/10/2022, que aprova calendário, regras, edital, procedimentos eleitorais e constitui Comissão Eleitoral para as eleições dos Comitês PCJ (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL) para o mandato 2023-2025, e dá outras providências, à votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade. **2.4. Apreciação de minuta de deliberação que atualiza o Plano de Aplicação Plurianual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – PAP-PCJ para o exercício 2021 a 2025.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou que com a liberação dos recursos financeiros advindos do retorno do pagamento da cobrança pelo uso dos recursos hídricos (incontroverso), pela Companhia de

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 27ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 04/10/2022

270 Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP),
requereu a revisão geral e a redistribuição dos recursos
suplementares para investimentos previstos no Plano.
275 Explanou que a alteração do Plano de Aplicação Plurianual das
Bacias PCJ para o exercício 2021 a 2025 (PAP-PCJ 2021-
2025) também é necessária devido à estimativa de superávit de
arrecadação advinda da cobrança pelo uso dos recursos
hídricos em rios de domínio da União apresentada pela
Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).
280 Técnica de Planejamento (CT-PL), o Grupo de Trabalho
Ajuste do PAP-PCJ 2023 a 2025 (GT-Ajuste PAP 2023-2025),
que se reuniram em duas oportunidades, sendo uma em
03/05/2022 e a outra em 04/08/2022, ambas por
videoconferência, e elaboraram e discutiram a proposta em
285 apreciação nesta reunião. O Sr. André informou que, de acordo
com a Deliberação dos Comitês PCJ nº 345/20, de 11/12/2020,
que aprovou o PAP-PCJ para o período 2021-2025, quando a
alteração do valor dos recursos financeiros envolvidos não
ultrapassa os 10% (dez por cento) da reordenação do
290 planejamento financeiro, a Câmara Técnica do Plano de Bacias
(CT-PB) dos Comitês PCJ poderá realizar uma proposta de
alteração para a Fundação Agência das Bacias PCJ. Entretanto,
quando a proposta de alteração do PAP-PCJ estiver na faixa
entre 10% a 25% (entre dez e vinte e cinco por cento), os
295 recursos financeiros só poderão ser realocados mediante
proposta de alteração aprovada pela Câmara Técnica de
Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ, e quando o montante
é superior a 25% (vinte e cinco por cento) há a necessidade da
proposta ser apreciada pelos Plenários dos Comitês PCJ,
300 ouvida a CT-PL. A proposta de alteração do PAP-PCJ 2021-
2025 se encontra na faixa superior a 25% (vinte e cinco por
cento), havendo desta forma a necessidade de elaboração de
uma proposta de deliberação a ser aprovada pelos Plenários
dos Comitês PCJ, conforme estabelecido no Art. 5º daquela
305 Deliberação. Assim, a presente proposta foi apreciada na 11ª
Reunião Extraordinária Conjunta da Câmara Técnica de
Planejamento (CT-PL) e Câmara Técnica do Plano de Bacias
(CT-PB), realizada em 02/09/2022, por videoconferência. Em
seguida, o Sr. André passou a palavra para o Sr. Diogo
310 Pedrozo, Analista Técnico da Coordenação de Sistemas de
Informação (CSI) da Fundação Agência das Bacias PCJ, que
explanou sobre a atualização do PAP-PCJ 2023-2025. O Sr.
Diogo informou que o PAP-PCJ abrange os anos de 2021-
2025, conforme aprovado na Deliberação dos Comitês PCJ nº
315 345/20, de 11/12/2020, mas que a atualização em apreciação
se refere ao prazo ainda a ser executado, por isso o destaque
ao período 2023-2025. O Sr. Diogo informou que o atual PAP-
PCJ previa o desembolso de R\$ 83.523.849,59 (oitenta e três
milhões, quinhentos e vinte e três mil, oitocentos e quarenta e
320 nove reais e cinquenta e nove centavos). A atualização envolve
o acréscimo de recursos proveniente da retomada do
pagamento pela SABESP pelo uso dos recursos hídricos
(cobrança PCJ Federal) e a liberação do recurso incontroverso
pago nos anos de 2019 e 2020, a realocação de recursos de
325 ações que tiveram saldos disponíveis não utilizadas, os ajustes
inflacionários dos valores de ações contínuas e a inclusão de
novas ações. Com esses ajustes, o novo valor proposto na
atualização ficou na ordem de R\$ 143.123.727,44 (cento e
quarenta e três milhões, cento e vinte e três mil reais e
330 setecentos e vinte e sete reais e quarenta e quatro centavos). O
Sr. Diogo apresentou informações sobre o aprimoramento da
deliberação onde informou sobre a proposta de a Fundação
Agência das Bacias PCJ fazer remanejamentos, inclusões,
exclusões e proposta de alteração dos montantes a ser

335 financiados que poderão ser apresentados na reunião Plenária
dos Comitês PCJ até o dia 31/03 de cada ano. O Sr. André
exclamou que foram realizados ajustes na proposta da presente
minuta, a saber: a) no Capítulo III – Da Alocação dos Recursos
por Programas e Finalidades, Art. 8º, Quadro 4 - Estimativa
340 dos recursos financeiros para o período 2021 a 2025, realizou-
se a correção do ano 2021 para 2022; Art. 9º, Quadro 5 –
Alocação dos recursos financeiros por programa para o
período 2021 a 2025, realizou-se a correção dos valores
alocados para o Programa Segurança Hídrica e Eventos
345 Críticos para os anos de 2022 o valor de R\$ 1.500.000,00 (um
milhão e quinhentos mil reais), 2023 o montante de R\$
700.000,00 (setecentos mil reais), 2024 a quantia de R\$
387.303,25 (trezentos e oitenta e sete mil, trezentos e três reais
e vinte e cinco centavos), totalizando o valor de R\$
350 2.587.303,25 (dois milhões, quinhentos e oitenta e sete mil,
trezentos e três reais e vinte e cinco centavos). No Programa
Gestão da demanda, realizou-se a realocação das quantias para
os anos de 2022 e 2023, mantendo o valor total de R\$
355 1.900.000,00 (um milhão e novecentos mil reais). Por fim, a
alteração dos valores alocados no Programa Manutenção e
Custeio Administrativo da entidade delegatária para o ano de
2023 passando de R\$ 1.440.541,43 (um milhão, quatrocentos
e quarenta mil, quinhentos e quarenta e um reais e quarenta e
360 três centavos) para R\$ 2.545.785,02 (dois milhões, quinhentos
e quarenta e cinco mil, setecentos e oitenta e cinco reais e dois
centavos), para o ano de 2024 o valor de R\$ 1.440.542,51 (um
milhão, quatrocentos e quarenta mil, duzentos e quarenta e
dois reais e cinquenta e um centavos) para R\$ 2.600.788,72
365 (dois milhões e seiscentos mil, setecentos e oitenta e oito reais
e setenta e dois centavos), e no ano de 2025 de R\$
1.440.541,38 (um milhão, quatrocentos e quarenta mil,
quinhentos e quarenta e um reais e trinta e oito centavos) para
R\$ 2.657.917,87 (dois milhões, seiscentos e cinquenta e sete
mil, novecentos e dezessete reais e oitenta e sete centavos). A
370 quantia total da finalidade 4 - Manutenção do Comitê de
Bacias Hidrográficas e da Entidade Delegatária passou de R\$
6.335.514,14 (seis milhões, trezentos e trinta e cinco mil,
quinhentos e quatorze reais e quatorze centavos) para R\$
10.657.139,46 (dez milhões, seiscentos e cinquenta e sete mil,
375 cento e trinta e nove reais e quarenta e seis centavos). Após as
correções, o Sr. André complementou que o maior acréscimo
foi alocado na finalidade 1 - Gerenciamento de Recursos
Hídricos, passando na ordem de R\$ 75.044.644,48 (setenta e
cinco milhões, quarenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e
380 quatro reais e quarenta e oito centavos), na finalidade 2 -
Agenda Setorial ficou na ordem de R\$ 43.076.789,38
(quarenta e três milhões, setenta e seis mil, setecentos e oitenta
e nove reais e trinta e oito centavos) e R\$ 28.966.103,63 (vinte
e oito milhões, novecentos e sessenta e seis mil, cento e três
385 reais e sessenta e três centavos) para a finalidade 3 - Apoio ao
Comitê de Bacia Hidrográfica. Na sequência, o Sr. André
passou a palavra para o Sr. Ivens de Oliveira, Diretor
Administrativo e Financeiro da Fundação Agência das Bacias
PCJ, que complementou destacando que a nova versão de uso
390 dos recursos do PAP-PCJ subsidia a execução e
implementação de vários instrumentos de planejamento e
controle financeiro e ressaltou que a proposta de alocação dos
recursos financeiros foi levada em consideração as prioridades
estabelecidas no Plano das Bacias PCJ 2020-2035 e seus
395 cadernos temáticos. Por fim, o Sr. Ivens fez um agradecimento
aos membros do GT-Ajuste PAP 2023-2025 e a Coordenação
de Sistemas de Informação (CSI) da Fundação Agência das
Bacias PCJ pelos trabalhos realizados relacionados à
atualização do PAP-PCJ. Em seguida, o Sr. André passou a

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 27ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 04/10/2022

400 palavra para o Sr. Sergio Razera, Diretor-presidente da
Fundação Agência das Bacias PCJ, que informou que todas as
ações estabelecidas no PAP-PCJ são acompanhadas e
auditaadas pelos técnicos da Agência Nacional de Águas e
Saneamento Básico (ANA). Dando prosseguimento, o Sr.
405 André abriu para manifestação dos presentes, não havendo,
submeteu a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 417/22,
de 04/10/2022, que atualiza o Plano de Aplicação Plurianual
das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e
Jundiá - PAP-PCJ para o exercício 2021 a 2025, e dá outras
410 providências, à votação, sendo aprovada por unanimidade. **2.5.**
Apreciação de minuta de deliberação que aprova
“Relatório de Situação dos Recursos Hídricos das Bacias
PCJ 2022 - ano base 2021” das Bacias Hidrográficas dos
Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Bacias PCJ. O Sr.
415 André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de
Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São
Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ
FEDERAL, informou que o Relatório de Situação dos
Recursos Hídricos 2022 (ano base 2021) dos colegiados
420 paulistas deveriam ter sido aprovados até 30/06/2022. Porém,
em razão do atraso na disponibilização dos dados pelos órgãos
responsáveis, não foi possível a elaboração do relatório em
tempo hábil. Desse modo, a Coordenadoria de Recursos
Hídricos do Estado de São Paulo (CRHi) postergou para até
425 31/10/2022 como data limite para a aprovação dos Relatórios
de Situação dos Recursos Hídricos 2022 (ano base 2021). Em
seguida, o Sr. André passou a palavra para o Sr. Diogo
Pedrozo, Analista Técnico da Coordenação de Sistemas de
Informação da Fundação Agência das Bacias PCJ, que
430 explanou sobre o Relatório de Situação dos Recursos Hídricos
das Bacias PCJ 2022 (ano base 2021). O Sr. Diogo informou
que o embasamento e as orientações gerais para a elaboração
do relatório seguiram a metodologia descrita na Deliberação
do Conselho de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo
435 (CRH-SP) nº 146/12, de 11/12/2012, que aprova os critérios,
os prazos e os procedimentos para a elaboração do Plano de
Bacia Hidrográfica e do Relatório de Situação dos Recursos
Hídricos da Bacia Hidrográfica, sendo os dados cedidos pela
Coordenadoria de Recursos Hídricos da Secretaria de
440 Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo
(CRHi/SIMA-SP). Conforme previsto na Lei Estadual Paulista
nº 7.663/91, de 30/12/1991, o Relatório de Situação dos
Recursos Hídricos (RSRH) é um instrumento de avaliação da
eficácia do Plano de Recursos Hídricos. Os dados foram
445 disponibilizados pela CRHi no dia 17/05/2022, com
atualizações encaminhadas nos dias 26/05, 13/07, 25/07 e
05/08. Cada atualização gerou uma reanálise e alterações no
Relatório de Situação em processo de apreciação. O Relatório
de Situação dos Recursos Hídricos das Bacias PCJ 2022 - Ano
450 Base 2021 foi apreciado na 11ª Reunião Extraordinária
Conjunta da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) e
Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB), em 02/09/2022,
por videoconferência. Na sequência, o Sr. Diogo apresentou
uma síntese do Relatório de Situação dos Recursos Hídricos
455 das Bacias PCJ 2022 - Ano Base 2021 e informou a situação
dos recursos hídricos na Unidade de Gerenciamento de
Recursos Hídricos - 05 (UGRHI-05), que destacou a
críticidade da disponibilidade hídrica com disponibilidade de
944,33 m³/hab.ano (novecentos e quarenta e quatro metros
460 cúbicos e trinta e três centésimos por habitante por ano), a alta
demanda de vazão outorgada para abastecimento público,
incluindo a outorga da transposição do Sistema Cantareira de
33 m³/s (trinta e três metros cúbicos por segundo), o
crescimento na demanda de vazão outorgada para o meio rural

465 e outros usos. Apresentou a criticidade no balanço entre a
vazão total e a vazão média outorgada já ultrapassando as
vazões mínimas estatísticas, e a criticidade na vazão outorgada
subterrânea em relação às reservas exploráveis, que já
alcançam a metade da disponibilidade nas Bacias PCJ. A
470 abordagem e a orientação para a gestão foram: a) estratégia
direcionada à execução; b) foco nas ações de curto prazo; c) o
RSRH deverá acompanhar a implementação do Plano das
Bacias PCJ 2020-2035; d) apoio a ações em discussão ou
implementação nas Câmaras Técnicas; e e) abordagem
475 vinculada às ações previstas no Plano das Bacias PCJ 2020-
2035, focadas no Plano de Ação e Programa de Investimentos
PA/PI-PCJ 2020-2023 que foi atualizado. Apresentou a
situação das Bacias PCJ quanto às situações de saneamento
básico como atendimento da população urbana com água,
480 perdas no abastecimento urbano em situação regular, e do
esgoto tratado que atinge níveis de 93,5% (noventa e três por
cento e cinco décimos) de coleta, 82,6% (oitenta e dois por
cento e seis décimos) de tratamento e 73,6% (setenta e três por
cento e seis décimos) de eficiência na remoção dos nutrientes,
485 e sobre a situação da drenagem nos municípios. Quanto ao
acompanhamento da qualidade dos corpos hídricos, o Sr.
Diogo apresentou o Índice de Qualidade da Água (IQA), que
aumentou os pontos de monitoramento após o ano de 2020 e
que teve queda por conta dos efeitos da pandemia da Covid-
490 19. O IQA apresenta perda de qualidade na sequência de
montante a jusante. Em relação às adequações no Plano de
Ação e Programa de Investimentos - PA/PI (síntese das
adequações), o Sr. Diogo informou que foram realizados
ajustes por conta das situações apresentadas no Relatório de
495 Situação. Quanto às adequações, a síntese foi: a) recursos
realocados entre ações; b) recursos redistribuídos; c) recursos
transferidos e/ou postergados de 2022 para 2023, último ano
de vigência do atual PA/PI; d) Secretaria Executiva do
Conselho de Orientação do Fundo Estadual de Recursos
500 Hídricos (SECOFEHIDRO) atualizou saldos e valores para
indicações de empreendimentos cuja fonte foram a
Compensação Financeira pelo Uso dos Recursos Hídricos
(CFURH), que teve alteração de ações por conta desse saldo
apresentado; e) consulta sobre indicação de empreendimentos
505 em 2022 e respectivos ajustes do PA/PI, realizado por meio do
envio do Ofício Comitês PCJ nº 109/2022; f) ampliação de
recursos financeiros em determinadas ações diante das
realocações efetuadas; e g) realocação de ações previstas para
financiamento pelo FEHIDRO que retornaram para o PAP-
510 PCJ, por conta do acréscimo de recurso disponível para
financiamento. O Sr. Diogo informou que o RSRH não está
considerando os dados de qualidade de águas subterrâneas,
pois os dados não foram disponibilizados pela CRHi a tempo,
sendo que se for disponibilizado, uma versão complementada
515 do relatório será apresentada para apreciação do Plenário dos
Comitês PCJ. Na sequência, o Sr. André abriu para
manifestações dos membros e passou a palavra para o Sr.
Miguel Madalena Milinski, representante Associação Amigos
do Horto Florestal “Navarro de Andrade” (AAMHOR), que
520 exclamou que, segundo o Relatório de Situação dos Recursos
Hídricos das Bacias PCJ 2022 - Ano Base 2021, as ações
previstas no Plano das Bacias PCJ 2020-2035 não foram
integralmente concluídas, especificamente quanto a
universalidade do tratamento de água e esgoto. Questionou
525 ainda as formas das cobranças Paulista e Federal relacionadas
com a disponibilidade dos dados para elaboração do RSRH.
Dando continuidade, o Sr. Diogo informou que as metas estão
baseadas, não somente em obras e serviços voltados ao
tratamento de água e esgoto, mas também em ações de gestão.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 27ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 04/10/2022

- 530 Quanto aos investimentos, o Sr. Diogo explicou que o acompanhamento dos recursos financeiros foi realizado de forma integrada, cobranças Estadual e Federal, FEHIDRO e CFURH. Estão sendo realizadas discussões internas entre a Fundação Agência das Bacias PCJ e Secretaria Executiva dos
- 535 Comitês PCJ quanto a forma integrada de acompanhamento do Plano de Ação e Programa de Investimentos (PA/PI) e do Plano de Aplicação Plurianual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PAP-PCJ). O Sr. Sérgio Razera, Diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias
- 540 PCJ complementou informando que independente da forma de investimento, a importância de atendimento às metas estabelecidas no Plano das Bacias PCJ 2020-2035. Após as explicações, e não havendo solicitação, o Sr. André submeteu a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 418/22, de
- 545 04/10/2022 que aprova o “Relatório de Situação dos Recursos Hídricos das Bacias PCJ 2022 - ano base 2021” das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Bacias PCJ e dá outras providências, à votação, sendo aprovadas por unanimidade. **2.6. Apreciação de minuta de deliberação que altera o Plano de Ação e o Programa de Investimentos - PA/PI para a gestão dos recursos hídricos nas Bacias PCJ para o quadriênio 2020 a 2023.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, explicou tratar-se de minuta de deliberação que altera o Plano de Ação e o Programa de Investimentos (PA/PI) para a gestão dos recursos hídricos nas Bacias PCJ para o quadriênio 2020-2023, cuja versão vigente foi aprovada pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 390/21, de 10/12/2021. Em seguida, o Sr. André passou a palavra para o Sr. Diogo Pedrozo, Analista Técnico da Coordenação de Sistemas de Informação da Fundação Agência das Bacias PCJ, que explanou sobre a atualização do Plano de Ação e Programa de Investimentos - PA/PI para a
- 565 gestão dos recursos hídricos nas Bacias PCJ, para o quadriênio 2020 a 2023. O Sr. Diogo informou que o PA/PI é o instrumento que explicita como será a aplicação dos recursos financeiros da Cobrança PCJ Paulista e da Compensação Financeira pelo Uso dos Recursos Hídricos (CFURH).
- 570 Informou que as principais modificações na nova proposta do PA/PI são: a) fomento aos Planos Municipais de Saneamento Rural; b) promoção da compatibilidade entre os planos de cada UGRHI; c) elaboração dos Planos Diretores de Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais; d) elaboração e revisão de planos municipais de saneamento básico; e) elaboração e revisão de Planos de Controle e Redução de Perdas; f) elaboração de projetos de ampliação e melhoria dos sistemas de transporte de esgotos; g) elaboração de projetos para a implantação de novas ETEs visando tratamento secundário; h) elaboração de projetos de melhorias da eficiência das ETEs na remoção de nutrientes; i) implementação de projetos de PSA; e j) controle de perdas em sistemas de abastecimento de água. Na sequência, também informou que houve transferência de recursos para 2023 em duas ações: a) elaboração do Plano de
- 585 Comunicação quando de operações emergenciais das barragens; e b) cadastro, caracterização e modelagem de cargas industriais. Informou que algumas ações tiveram recursos diminuídos por conta da revisão dos custos previstos de sua execução. Informou que nove ações foram realocadas do PA/PI para o PAP-PCJ, sendo elas: a) substituição de sistemas rudimentares de tratamento de esgoto (fossa negra) por sistemas mais eficientes; b) desenvolvimento de estudo de alternativas de aumento da disponibilidade hídrica nas sub-bacias dos Rios Atibaia, Jundiá e Capivari; c) manutenção e
- 595 aprimoramento de um modelo chuva-vazão para as Bacias PCJ; d) manutenção e aprimoramentos do Sistema de Suporte à Decisão - SSD PCJ; e) expansão, integração, operação e manutenção da rede de monitoramento quali-quantitativo dos recursos hídricos; f) implementação de projetos de Pagamentos por Serviços Ambientais - PSA; g) promoção da conservação e recuperação de nascentes, matas ciliares e áreas de recarga; h) promoção do isolamento de fatores de degradação em matas ciliares e áreas de recarga; e i) processos formativos de representantes dos poderes legislativo, executivo, judiciário e líderes comunitários sobre a realidade socioambiental das Bacias PCJ e as prioridades do Plano das Bacias PCJ. O Sr. André complementou que a presente deliberação foi apreciada na 11ª Reunião Extraordinária Conjunta da CT-PL e CT-PB, realizada em 02/09/2022, por videoconferência. Após as explicações, o Sr. André abriu para manifestações e não havendo, submeteu a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 419/22, de 04/10/2022, que altera o Plano de Ação e o Programa de Investimentos - PA/PI para a gestão dos recursos hídricos nas Bacias PCJ para o quadriênio 2020 a 2023, e dá outras providências, à votação, sendo aprovadas por unanimidade. **2.7. Apreciação de minuta de deliberação que define cronograma e regras para seleção de empreendimentos de Demanda Priorizada visando à indicação para obtenção de financiamento com recursos da Cobrança PCJ Paulista pelo uso dos recursos hídricos e da CFURH, referente ao orçamento de 2023.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou que a presente minuta de deliberação trata da definição de critérios gerais para a aplicação dos recursos da Cobrança Paulista pelo uso dos recursos hídricos e da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH), referente ao orçamento de 2023, para empreendimentos de Demanda Priorizada. Dando continuidade, o Sr. André passou a palavra para a Sra. Lívia Maria Ongaro Modolo, Analista Técnica da Coordenação de Projetos da Fundação Agência das Bacias PCJ, que explanou sobre a seleção de empreendimentos
- 635 2023 e informou que as temáticas das ações financeáveis estão de acordo com o Plano de Bacias PCJ 2020-2035 e o Plano de Ação e Programa de Investimentos 2020-2023 (PA/PI-PCJ 2020-2023) apreciado anteriormente na presente reunião. Sobre as ações financeáveis, a Sra. Lívia informou que estão distribuídas em 3 (três) PCDs: (i) PDC 1/1.2 - referente ao planejamento e gestão de recursos hídricos englobando as ações de revisão de Planos Municipais de Saneamento Básico, elaboração de Planos Municipais de Saneamento Rural, elaboração de Planos Diretores de Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais e elaboração e revisão de Planos de Controle e Redução de Perdas Hídricas no Sistema de Abastecimento de Água; (ii) PDC 5/5.1 - trata do controle de perdas em sistemas de abastecimento englobando obras, serviços e equipamentos visando o controle de perdas hídricas em sistemas de abastecimento de água; e (iii) PDC 3/3.1 - referente ao esgotamento sanitário com ações para elaboração de projetos para ampliação e melhoria dos sistemas de transporte de esgotos, elaboração de projetos para a implantação de novas ETEs visando tratamento secundário e elaboração de projetos para melhorias da eficiência das ETEs na remoção de nutrientes. Em seguida, informou sobre o período para as inscrições, realizando uma correção na data do início do período, ficando do dia 07 a 25/10/2022; o cronograma geral do processo de análise de pré-qualificação

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 27ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 04/10/2022

660 dos empreendimentos, os valores mínimos e máximos estabelecidos para as ações e destacou os requisitos básicos para as inscrições dos municípios. Por fim, a Sra. Livia enfatizou sobre os municípios priorizados de acordo com o Plano de Bacias PCJ 2020-2035, para cada temática. Dando continuidade, o Sr. André abriu para manifestações e passou a palavra para o Sr. Francisco Carlos Castro Lahóz, representante do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Consórcio PCJ), que solicitou um esclarecimento quanto aos municípios não priorizados, se podem ou não, efetivar o pleito aos recursos financeiros previstos para o presente edital. A Sra. Elaine Franco de Campos, Coordenadora da Coordenação de Projetos da Fundação Agência das Bacias PCJ, enfatizou que inicialmente são priorizados os municípios destacados no Plano de Bacias PCJ 2020-2035, conforme elencados no Anexo V ao XII da deliberação em aprovação. Ressaltou ainda, que a pedido da Fundação Agência das Bacias PCJ será aberto a inscrição para os demais municípios das Bacias PCJ, entretanto a priorização na seleção para o pleito dos recursos será a já citada pela Sra. Livia em sua apresentação. O Sr. Sérgio Razera, Diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ complementou informando que a intenção é balizar as demandas e as diretrizes em função dos pleitos realizados pelos municípios das Bacias PCJ. Não havendo mais manifestações, o Sr. André submeteu a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 420/22, de 04/10/2022, que define cronograma e regras para seleção de empreendimentos de Demanda Priorizada visando à indicação para obtenção de financiamento com recursos da Cobrança PCJ Paulista pelo uso dos recursos hídricos e da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH), referente ao orçamento de 2023 e dá outras providências, à votação, sendo aprovada por unanimidade. **2.8. Apreciação de minuta de deliberação que revoga a Deliberação Conjunta Ad Referendum dos Comitês PCJ nº 113/2020, estabelece diretrizes para a realização de reuniões presenciais.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, explicou que a presente deliberação trata da revogação da Deliberação Conjunta Ad Referendum dos Comitês PCJ nº 113/2020, de 22/05/2020, que regulamentou, em caráter excepcional, devido aos impactos da pandemia por COVID 19, a realização de reuniões e eventos não presenciais no âmbito dos Comitês PCJ. O Sr. André proferiu sobre a retomada da realização de reuniões presenciais das Câmaras Técnicas e dos Plenários dos Comitês PCJ, tendo em vista evolução do controle sanitário da pandemia de COVID-19. Sobre a minuta em discussão, o Sr. André esclareceu que as reuniões presenciais das instâncias dos Comitês PCJ serão realizadas nas seguintes frequências: (I) 2 (duas) reuniões dos Plenários dos Comitês PCJ por ano, sendo 1 (uma) por semestre; (II) 3 (três) reuniões da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) por ano, sendo pelo menos 1 (uma) por semestre; (III) 2 (duas) reuniões por ano, sendo 1 (uma) por semestre, para as câmaras técnicas que se reúnem bimestralmente; e (IV) 4 (quatro) reuniões por ano, sendo 2 (duas) por semestre, para as câmaras técnicas que se reúnem mensalmente. A partir de 2023, as câmaras técnicas definirão, na reunião de renovação de seus mandatos e coordenações, observando as disposições da referida minuta de deliberação, que serão realizadas de forma presencial e por videoconferência. As frequências para as reuniões presenciais poderão ser alteradas, em caráter

725 excepcional, desde que haja disponibilidade orçamentária para sua realização, mediante a decisão especificada na referida deliberação. O Sr. André informou ainda que a organização e realização das reuniões e de eventos presenciais, pelas Câmaras Técnicas, Câmara Técnica de Planejamento e Plenários deverá observar recomendações emitidas pela Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, quanto a aspectos sanitários e a necessidade de atendimento a determinações de órgãos oficiais responsáveis por questões de saúde pública. A referida minuta de deliberação foi discutida e validada na 7ª Reunião do GT-Integração de Ações das Câmaras Técnicas da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), que ocorreu em 28/07/2022, por videoconferência e apreciada na 86ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), que ocorreu em 02/09/2022, por videoconferência. Após as explanações, o Sr. André abriu para manifestações e passou a palavra para o Sr. Miguel Madalena Milinski, representante da Associação Amigos do Horto Florestal “Navarro de Andrade” (AAMHOR), que questionou quanto aos valores das diárias para participação dos membros dos Comitês PCJ, em reuniões presenciais e também quanto ao orçamento destinado às Câmaras Técnicas para as respectivas reuniões presenciais. O Sr. André informou que a Deliberação *ad referendum* dos Comitês PCJ nº 411/22, de 05/08/2022, estabeleceu os limites de valores de diárias para participação de membros dos Comitês PCJ, em reuniões internas e externas à sua área de atuação. Quanto ao orçamento das Câmaras Técnicas para o ano de 2023, o Sr. André informou que o recurso financeiro, para essa finalidade, está previsto no Plano de Aplicação Plurianual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PAP-PCJ) para o exercício 2023 a 2025 e que o orçamento foi discutido no âmbito do GT-Integração da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) e será alvo de apreciação na 28ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, prevista para ocorrer em 07/12/2022. Dando prosseguimento e não havendo mais manifestações, o Sr. André submeteu a minuta de deliberação dos Comitês PCJ nº 421/22, de 04/10/2022, que revoga a Deliberação Conjunta Ad Referendum dos Comitês PCJ nº 113/2020, estabelece diretrizes para a realização de reuniões presenciais, e dá outras providências, à votação, sendo aprovada por unanimidade. **3. Informes. 3.1. Diretoria dos Comitês PCJ:** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário- executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL informou que: a) em atendimento às exigências do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (PROCOMITÊS), todos os novos membros dos Comitês PCJ deverão passar por capacitação. Informou também, que a Deliberação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH-SP) nº 248, de 18/02/2021, que aprovou a revisão da metodologia de distribuição de recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO), estabeleceu indicadores relativos à capacitação dos membros dos comitês de bacias hidrográficas. A capacitação poderá ser realizada, entre outras estratégias, por meio dos cursos gratuitos oferecidos pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), disponíveis por meio do link (<https://capacitacao.ead.unesp.br>). O Sr. André comunicou aos membros dos Comitês PCJ, que após a realização de cursos de capacitações e participação em eventos, devem encaminhar para a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ os certificados para registro em banco de dados, através do e-mail (se.pcj@comites.baciaspcj.org.br); b) a Câmara Técnica de Uso e Conservação de Água no Meio Rural (CT-Rural) dos

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 27ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 04/10/2022

- 790 Comitês PCJ promoveu, em 21/07, o webinar “O Produtor Rural como Produtor de Água”, o qual teve como principal objetivo apresentar as atividades relacionadas às boas práticas agropecuárias que contribuem direta ou indiretamente à melhoria da qualidade e quantidade de água no meio rural, e também buscou mostrar a aplicação de políticas públicas existentes e que vem sendo aplicadas nas Bacias PCJ. O Sr. André parabenizou a CT-Rural e os envolvidos na realização do evento; c) em 23/09, ocorreu o 3º webinar “Conversando sobre o Rio Jundiá”, organizado pela Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL). O objetivo do evento foi discutir sobre a importância do patrimônio histórico e cultural para a efetivação do enquadramento do Rio Jundiá. O Sr. André parabenizou a CT-OL e os envolvidos na realização do evento; d) ocorreu nos dias 28 e 29 de setembro, o webinar e a oficina promovidos pela Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA). O objetivo do evento foi discutir sobre a Política de Educação Ambiental dos Comitês PCJ. O Sr. André parabenizou a CT-EA e os envolvidos na realização do evento; e) ocorreu em 14/09, o webinar “Segurança hídrica nas Bacias PCJ - Estiagem 2022”, por videoconferência. O evento promoveu a discussão sobre planejamento e gestão de recursos hídricos no contexto da estiagem, bem como a difusão de boas práticas de uso eficiente da água nas Bacias PCJ. O Sr. André parabenizou os envolvidos na realização do evento; f) em 01/07/2022, 01/08/2022 e 01/09/2022 foi encaminhado aos interessados os Boletins Informativos do GT-Estiagem 2022 números 01, 02 e 03 correspondentes aos dados dos meses de junho, julho e agosto. Os materiais apresentam informações técnicas e documentos importantes sobre a situação da estiagem nas Bacias PCJ. Os Boletins Informativos e demais materiais do GT-Estiagem 2022 estão disponíveis no site dos Comitês PCJ; g) dentre as atividades que integram a Operação de Estiagem PCJ - 2022, consta a elaboração de publicação digital contextualizando a estiagem nas Bacias PCJ. Em 01/09/2022 foi enviado aos membros dos Comitês PCJ as cartilhas informativas destinadas a pessoas, instituições, empresas, produtores rurais, entre outros. As cartilhas foram produzidas pela equipe da Assessoria de Comunicação da Fundação Agência das Bacias PCJ. As cartilhas estão disponíveis no link: <https://movimentopcj.org.br/medidas/>; h) dentre as atividades que integram a Operação de Estiagem PCJ - 2022, consta a realização de campanha publicitária relacionada ao enfrentamento da estiagem em 2022 nas Bacias PCJ. Foi produzido pela Assessoria de Comunicação da Fundação Agência das Bacias PCJ um vídeo Movimento PCJ pelo uso eficiente da água, que se encontra disponível no link: https://www.youtube.com/watch?v=ck5D_xnL-qg; i) Em 20 e 21/10, ocorrerá o workshop “Reúso da água, remoção de nutrientes e tratamento do lodo”, organizado pela Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA). O objetivo do evento é aprofundar discussões sobre o papel dos municípios, empresas e indivíduos na promoção e na melhoria das condições de saneamento ambiental nas Bacias PCJ, enfatizando a eficiência dos sistemas de tratamento de esgotos e a viabilidade da utilização de águas de reúso. Serão dois dias de atividades, com um webinar a ser realizado virtualmente na tarde do dia 20/10 e duas visitas técnicas presenciais no dia 21/10 a uma EPAR e uma usina de compostagem de resíduos; j) o IV Sustentare - Seminário de Sustentabilidade da PUC-Campinas e o VII WIPIS - Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade ocorrerão entre os dias 16 e 18/11, mediante colaboração entre PUC-Campinas; Escola de Engenharia da USP de São Carlos e Comitês PCJ (GT Indicadores e Monitoramento - CT-RN e
- 855 CT-ID). O prazo para submissão de trabalhos é até 23/10/2022; k) em 27/09 ocorreu a 7ª Reunião do Grupo de Trabalho de Cobrança (GT-Cobrança) da Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB). Foi realizada a apresentação do Plano de Trabalho da empresa HidroBR, contratada pela Agência das Bacias PCJ para a realização do estudo de fundamentação para a revisão das Cobranças PCJ; l) todas as prefeituras do Estado de São Paulo devem se cadastrar na Plataforma de Gestão de Resíduos Sólidos estruturada pela Coordenadoria de Planejamento Ambiental (CPLA) da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SIMA) até 31/10. A plataforma foi desenvolvida para acompanhar a gestão de resíduos sólidos nos municípios e a implementação do Plano Estadual de Resíduos Sólidos. As informações prestadas orientarão o poder público no planejamento e formulação de políticas públicas de para a gestão de resíduos sólidos; m) a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado de São Paulo (CIEA-SP), realizou eleição para a sua coordenação, em 28/09, e a Sra. Andréa Borges, representante da Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA) do CBH-PCJ na CIEA, e Gerente Técnica do Consórcio PCJ, foi eleita como coordenadora da Comissão pelos próximos dois anos; n) foi eleito e empossado, em 30/08/2022, para a função de Vice-presidente do CBH-PJ1, o Sr. David Figueiredo Barros do Prado, representante titular, no Plenário do CBH-PJ1, do Melhoramentos Florestal, para o mandato compreendido entre 30/08/2022 e a data da próxima eleição, que deverá ocorrer até 31/06/2023, em substituição a Sra. Laene Fonseca Vilas Boas. O Sr. André agradeceu a participação da Sra. Laene e deu as boas-vindas ao novo representante; o) o XXIV ENCOB 2022 - Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, ocorreu entre os dias 22 a 26/08/2022, em Foz do Iguaçu/Paraná e contou com a participação de membros dos Comitês PCJ e da Fundação Agência das Bacias PCJ; p) a 87ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Planejamento está programada para ocorrer em 04/11/2022, às 9:00 horas, por videoconferência. O Sr. André solicitou aos membros que reservem a data em suas agendas de trabalho. **3.2. Agência das Bacias PCJ:** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, passou a palavra para a Sra. Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi, Diretora Técnica da Fundação Agência das Bacias PCJ, que cumprimentou a todos e informou que: a) ocorreu em 18/08, reunião na sede da Fundação Agência das Bacias PCJ para avaliação da execução das ações previstas no Contrato de Gestão nº 033/2020/ANA - 1º semestre de 2022, com a participação de representantes da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), da Fundação Agência das Bacias PCJ e dos Comitês PCJ; b) em 16/09 ocorreu a oficina “Metas e Ações do Plano das Bacias PCJ 2020 a 2035 e Oportunidade de Recursos Financeiros dos Comitês PCJ (orçamento 2023)”, por videoconferência. Houve a apresentação sobre o Plano de Bacias, regras de seleção de empreendimentos, formas de inscrição, entre outros esclarecimentos aos municípios prioritários da porção paulista das Bacias PCJ; c) a partir de setembro será implantada em Capivari, pela Fundação Agência das Bacias PCJ, a Ferramenta GISWATER, que visa combater as perdas de água e melhorar a gestão do sistema de abastecimento de água. A medida segue deliberação dos Comitês PCJ, por iniciativa das Câmaras Técnicas de Saneamento (CT-SA) e de Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias (CT-ID); d) dando prosseguimento, o Sr. Ivens de Oliveira, Diretor

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 27ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 04/10/2022

920 Administrativo e Financeiro da Fundação Agência das Bacias
PCJ, informou que foi realizada a contratação de Estudo
Arqueológico da área apontada para a implementação de
925 barragem na Bacia do Rio Corumbataí. O prazo de conclusão
do estudo é de 5 meses e ainda contribuirá no processo de
licenciamento ambiental do empreendimento, conforme
exigência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico
Nacional (IPHAN); e) foi realizada a apresentação do Plano de
Trabalho e discussões das próximas etapas do trabalho para a
realização do estudo de fundamentação para a revisão das
930 Cobranças PCJ. A empresa HidroBR foi contratada pela
Agência das Bacias PCJ para a realização do estudo de revisão
das Cobranças PCJ; f) em seguida, o Sr. Sérgio Razera,
Diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ,
cumprimentou a todos e informou que em 05/09 ocorreu a
935 inauguração das obras da 2ª fase da ampliação e modernização
da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) no bairro Estoril,
realizadas pela Atibaia Saneamento, por meio de Parceria
Público-Privada (PPP) com a Saneamento Ambiental Atibaia.
Com a entrega, a cidade ampliou sua capacidade de tratamento
940 de esgoto, que passa dos 200 l/s para 300 l/s; g) em 21/09, os
colaboradores da Fundação Agência das Bacias PCJ
comemoraram o Dia da Árvore com uma visita a propriedade
referente ao Projeto Piracicaba/Microbacia dos Marins, na
Cooperativa de Horticultores (COOPHORT), na área rural em
945 Piracicaba. Os colaboradores ainda realizaram o plantio de
árvores na propriedade e houve um bate papo com a equipe da
cooperativa. No evento, houve a presença da Sra. Nancy
Thame, Secretária de Agricultura e Abastecimento do
município de Piracicaba. **3.3. Membros dos Plenários.** O Sr.
950 André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de
Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São
Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ
FEDERAL, passou a palavra para o Sr. Sidney José da Rosa,
representante da Associação de Agricultura Orgânica e
955 Biodinâmica Serras de Santana (BIOSS), que agradeceu à Sra.
Laene Fonseca Vilas Boas pela contribuição no CBH-PJ. O Sr.
Sidney criticou o Instituto Mineiro de Gestão das Águas
(IGAM) devido a dificuldade na realização dos trabalhos
associados ao CBH-PJ e indagou sua prostração quanto aos
960 trabalhos exercidos pela Fundação Agência das Bacias PCJ.

Dando sequência, o Sr. André passou a palavra para o Sr.
Alexandre Luis Almeida Vilella, representante da Federação
das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e Coordenador
da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH),
965 que apresentou informações sobre a gestão das descargas do
Sistema Cantareira. Ressaltou a importância das precipitações
ocorridas nos últimos dias, entretanto demonstrou
preocupação com a estiagem no período seco que será
finalizada em 30 de novembro e com o início do período úmido
970 que se estenderá até 2023. O Sr. Alexandre afirmou que a CT-
MH vem acompanhando diariamente a gestão do Sistema
Cantareira equilibrando as demandas e a preservação da água.
Em seguida, o Sr. André passou a palavra para o Sr. Francisco
Carlos Castro Lahóz, representante do Consórcio
975 Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e
Jundiaí (Consórcio PCJ), que informou a solicitação do
município de Indaiatuba em relação a qualidade das águas do
Rio Jundiaí. A reunião ocorreu dia 21/09, por
videoconferência e teve a participação do Sr. André Navarro,
980 Sr. Sérgio Razera, representantes da Companhia Ambiental do
Estado de São Paulo (CETESB), da Companhia de
Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), do
município de Jundiaí e do Consórcio PCJ. Em seguida, o Sr.
André passou a palavra para o Sr. Francisco Antônio
985 Moschini, representante do Instituto de Estudos Vale do Tietê
(INEVAT) e Coordenador-adjunto da Câmara Técnica de
Educação Ambiental (CT-EA), que informou que a Unidade
de Gestão de Cultura da Prefeitura de Jundiaí realizou no dia
26 e 27/08, um curso de extensão em Educação Patrimonial
990 sobre o rio Jundiaí. A programação foi composta de uma parte
teórica, sobre o conceito aplicado de patrimônio hídrico e
cultural e trabalho de campo. O curso teve apoio do Instituto
de Geociências da Unicamp, INEVAT, DAE e FATEC/Itu.
Por fim, o Sr. André deu as boas-vindas a Sra. Mylena
995 Nascimento Rodrigues de Oliveira, representante da
Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG) que
ocupou o cargo de membro do segmento Usuários de Recursos
Hídricos no Plenário do CBH-PJ1. **4. Encerramento.** Nada
mais havendo a tratar, o Sr. André agradeceu a participação de
1000 todos e, com a autorização dos Presidentes dos Comitês PCJ,
deu por encerrada a reunião.

(assinado digitalmente)

SIDNEY JOSÉ DA ROSA

Presidente do CBH-PJ1 e 1º Vice-presidente
do PCJ FEDERAL

(assinado digitalmente)

LUCIANO SANTOS TAVARES DE ALMEIDA

Presidente do CBH-PCJ e
do PCJ FEDERAL

(assinado digitalmente)

DAMIÃO APARECIDO DO COUTO

Secretário-executivo do CBH-PJ1

(assinado digitalmente)

ANDRÉ LUIZ SANCHEZ NAVARRO

Secretário-executivo do CBH-PCJ e
do PCJ FEDERAL